

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

LUZES E SOMBRAS DA REQUALIFICAÇÃO URBANA ORIENTADA PARA AS NOVAS
TECNOLOGIAS: O CASO DO PORTO DIGITAL

Margarita Maria Lara Neves (UFPE)

Suely Maria Ribeiro Leal (UFPE)

Luzes e Sombras da Requalificação Urbana orientada para as Novas Tecnologias: o caso do Porto Digital

Resumo

Uma reflexão crítica sobre o Porto Digital, sistema local de inovação (SLI) em tecnologia de software situado no centro histórico da Ilha do Recife, é o tema deste artigo que sintetiza a atuação desse pólo gerador de conhecimento enquanto instrumento de política urbana, onde o Estado dissemina as bases de uma cultura tecnológica que incorpora o valor simbólico do sítio histórico aos negócios em tecnologias de informação e comunicação (TIC). O Porto Digital foi analisado em termos das oportunidades de que desfruta o território: um contingente de capital humano altamente qualificado na área de pesquisa e desenvolvimento, que vem conquistando credibilidade no mercado externo, e ainda, em termos das ameaças entendidas como os fatores que mantêm as condições de disparidades sociais e os interesses dos grupos que legitimam o modelo institucional e atuam em regime de gestão compartilhada. As categorias de análise que compõem este estudo exploratório: o aprendizado tecnológico, a governança institucional e a política urbana se fortalecem nos resultados apresentados no segmento empírico deste trabalho que evidencia um gerenciamento técnico empresarial dos espaços públicos, seu uso seletivo, e uma transformação da paisagem urbana orientada por fatores de valorização econômica.

A pós-modernidade e a despolitização das sociedades tecnificadas

Parte-se do pressuposto de que a trajetória do vetor de desenvolvimento tecnológico abandonou, na atualidade, a idéia de identificar-se a um instrumento de acumulação de capital, como nos moldes da sociedade industrial, para tornar-se um instrumento de dominação na sociedade informacional.

Os danos irreversíveis ocasionados por um desenvolvimento tecnológico orientado apenas pelas forças produtivas de livre mercado denunciam que as tecnologias passaram a determinar a natureza do sistema de valores e relações sociais; que a modernidade tecnológica e a ideologia produtivista que a legitima são orientadas no sentido de acentuar as contradições sociais e têm contribuído em favor do desenvolvimento geográfico desigual que se reveste de um alto nível de destruição, desvalorização e falência dos recursos ambientais e da qualidade de vida. (HARVEY, 2000).

A transformação gradual da ciência em uma força produtiva neutralizou seu potencial ético/solidário e político/participativo e a submeteu ao determinismo do progresso tecnológico onde a dimensão estética passou a centralizar o espaço de emergência de uma teoria crítica renovada pela atenção especial dedicada ao prazer e à percepção visual que passaram a reconstruir as relações entre o expressivo e o cognitivo. (SANTOS, 1989). À medida que a sociedade afirmava sua mentalidade técnica ia perdendo sua vontade revolucionária, dado que um universo tecnológico indiferente aos fins políticos dificultava a idéia de escolha de uma alternativa técnica que representasse a superação de uma alternativa anterior. (ELLUL, 1974). Nesse contexto, a tecnologia vem se esforçando em acentuar o hiato entre o conhecimento e o pensamento, fragilizando a condição humana do raciocínio; as evidências apontam que paralelamente à multiplicação das escolhas de parte do individuo parece ter se esgotado a própria capacidade de escolher.

O novo conhecimento emancipatório a que se refere SANTOS (1997) pressupõe uma repolitização global da vida coletiva que tome como base a despolitização da sociedade civil e o seu conseqüente desinteresse pela esfera pública, de forma a entender a importância desta repolitização na construção social de um projeto de autonomia. Na visão de HABERMAS (1999) a razão técnica de um sistema social não se desprende do seu conteúdo político que lhe outorga a possibilidade de legitimação; a dominação se perpetua e se amplia por meio da

tecnologia e também como tecnologia. No contexto de submissão a um sistema técnico se evidencia a impossibilidade de realização de um projeto de autonomia.

SANTOS (2002) admite que a reinvenção do Estado passe pela proliferação de espaços públicos não estatais a partir dos quais seja possível ‘republicizar’ o espaço estatal privatizado pelos grupos sociais dominantes que na atualidade exercem o poder por delegação do Estado. Este legitimado pela comunidade obtém a cumplicidade ideológica de que precisa para transferir os serviços de sua responsabilidade ao setor privado não lucrativo. O predomínio do princípio de mercado detém uma forte dimensão ideológica que auxilia na legitimação da relativa retirada do Estado da área social ao tempo que oculta o fortalecimento, aparentemente contraditório, da intervenção do Estado na economia.

Entende LÉVY (1998) que é possível alcançar um estágio de conhecimento solidário mediante a utilização das novas tecnologias e o desenvolvimento de um espaço de inteligência coletiva. Seu ideal mobilizador é a criação de sinergias entre as competências, passando pela disponibilização da imaginação, da memória, das experiências e da troca de conhecimentos. A proposta política de transposição do hiato digital ultrapassa os limites de promoção do uso da tecnologia; passaria pelo desenvolvimento de uma consciência crítica, pela valorização da cultura e das competências e pelos ganhos sucessivos de autonomia.

Tecnologias sociais seriam instrumentos que de posse da sociedade civil participariam da construção de um processo de inserção social sustentável: o desenvolvimento de experiências inovadoras e de arranjos institucionais que pudessem contribuir para aprimorar o controle social da produção científica e tecnológica. E ainda, era preciso entender a tecnologia enquanto representação de um espaço de conflito social onde projetos políticos alternativos estivessem em evidência e pudessem ser amplamente discutidos pela sociedade.

SASSEN (2004) em pesquisas recentes verifica que para as classes menos favorecidas as novas tecnologias continuam a reproduzir uma cultura que desvaloriza o indivíduo. As novas tecnologias, de fato, não tem significado uma fonte de oportunidades ao desenvolvimento de novas potencialidades revolucionárias para a humanidade. O valor da informação reside na difusão do seu uso condicionado a sua originalidade e não ao volume de suas trocas; os espaços inteligentes condicionados ao uso intensivo das novas tecnologias nem sempre produzem espaços de inteligência relacionados à própria produção de ciência e tecnologia.

Um sistema informacional inteligente, segundo LOJKINE (2002), não substitui a presença do homem, contrariamente, solicita sua interatividade, ampliando e liberando sua memória e sua imaginação criadora, à diferença do sistema técnico que operava a expulsão do sujeito do processo produtivo.

A construção do aprendizado tecnológico em países de capitalismo periférico

Em um segundo momento admite-se que a dominação pela centralização do conhecimento, em países de capitalismo periférico, seja um processo que demanda a construção de capacitações tanto para criar como para imitar inovações e que estas dependem de um conjunto de relações institucionais que reforcem os valores e as experiências que serão compartilhados em determinado ambiente geográfico.

VIOTTI (2003) afirma que a dinâmica da industrialização tardia é desprovida de práticas inovativas e depende essencialmente de um processo contínuo de absorção rápida e eficiente das novas tecnologias; seu desempenho então, se avalia pelo aprendizado, as capacitações e a produtividade do ambiente empresarial: daqueles que inovam ou dos que imitam. Nesse contexto as políticas de aprendizado tecnológico, formuladas e orientadas pelo Estado, deveriam ser avaliadas pela sua contribuição para a redução do hiato temporal entre a capacidade de aprender e a de inovar.

É reduzida a capacidade de inovação dos países em desenvolvimento e discreta a sua participação nos fluxos globais de geração de tecnologia, assim também, é evidente sua condição de fragilidade que se manifesta nas relações estabelecidas com as universidades e os centros de pesquisa, comprometendo a eficácia dos gastos públicos em P&D. (CHESNAIS, 1996). Desenvolver competitividade em escala mundial é fundamental se as empresas desejam participar da denominada 'inovação socialmente significativa', entendida como sendo aquela que amplia os horizontes de liderança daqueles que estejam em condições de imitar a inovação. (SANCHEZ, 1997).

As premissas do desenvolvimento tecnológico não podem ser reduzidas à presença de um estoque físico de técnicas e de capital humano, ainda que a sua oferta seja expressiva no território; é necessário um sistema de relações que possibilite a construção do aprendizado, as denominadas 'convenções'. O aprendizado interativo é um mecanismo essencial ao

desenvolvimento tecnológico; a proximidade geográfica e a identidade histórica são os contextos facilitadores do intercâmbio de conhecimento tácito, dos valores, da experiência e da confiança empresarial. (STORPER, 1994) Essas competências são construídas menos no âmbito dos mercados e mais nas relações intangíveis de colaboração e competição, enfatizando os processos em detrimento dos produtos. O conceito de ‘economia do aprendizado’ enfatiza a dinâmica do processo de mudança que sustenta a criação/destruição de conhecimento especializado: a habilidade de aprender e de esquecer. A base de sustentação da economia do aprendizado é o capital social, na ausência de políticas adequadas ao seu fortalecimento, o conhecimento se reafirma como instrumento de exclusão social. (CASSIOLATO; LASTRES e ARROIO, 2005).

O culturalismo de mercado e a política de *city marketing*

BAUDRILLARD (1995) revela que o espaço urbano submetido ao fetichismo do valor de uso passa a ser objeto de consumo e expressão de modismos vendidos como estratégias de requalificação urbana. Vende-se uma representação da cidade e um modo de vida alienante submetido ao consumo dirigido a uma determinada classe, empobrecendo a uma massa de gente. O autor adverte quanto à crescente indiferenciação entre os espaços locais e globais resumidos a reproduzir cenários destinados à criação do fascínio, imagens publicitárias das administrações locais descomprometidas com a expressão de práticas sociais que possam dar-lhes algum significado.

HARVEY (2004) se refere aos territórios de reserva que são abrigados pelas cidades e que permanecem em condições não capitalistas para superar as próprias crises de superacumulação de capital e afirma que correspondem a territórios estrategicamente localizados e dotados de infra-estrutura urbana, constituindo espaços a ser requalificados através de sucessivas operações urbanísticas que configuram os ajustes do espaço urbano às necessidades do capital.

ZUKIN (2000) fala das forças de mudança comandadas pelos mercados e das forças de resistência simbolizadas nos lugares e destaca o papel que desempenha o ‘enobrecimento’ na redefinição do significado social de um lugar especificamente histórico para um determinado segmento do mercado que se apropria dos bens culturais e os articula aos padrões de consumo visual. A identidade coletiva, definida nos espaços públicos ‘domesticados’ por uma

estratégia de apropriação cultural, está simbolizada no consumo visual da paisagem urbana requalificada e se manifesta nas políticas urbanas associadas à produção de intervenções localizadas no sentido de conectar fragmentos da cidade ao espaço globalizado, reduzindo o desenvolvimento urbano à competição entre cidades.

Uma proposta de requalificação urbana que privilegia a dimensão simbólica em detrimento da dimensão social que fica reduzida em importância e onde o espaço urbano fica subordinado ao controle e à vigilância do grupo hegemônico da sociedade é uma proposta que legitima a dominação desse grupo fundamentada nos privilégios obtidos pela utilização seletiva do território. Macro-projetos de renovação urbana promovem a polarização econômica e acentuam a exclusão social que se traduz em uma inversão de prioridades na utilização do orçamento público que se redireciona dos objetivos sociais para investimentos no ambiente construído. (SWYNGEDOUW; MOULAERT e RODRIGUEZ, 2000).

Difundem-se modelos de desregulação da economia e de produção do espaço urbano que respondem à realidade de uma pequena minoria, assentando-se nas bases do atraso e da desigualdade de caráter estrutural; a globalização não representa um recuo do Estado e sim uma intensificação de sua participação de forma mais qualificada e especificamente voltada para os interesses do capital em detrimento da sociedade. O governo renuncia à definição das prioridades públicas urbanas, acentuando a dependência do capital internacional e a hegemonia interna exercida por nossas elites que avançam por sobre uma estrutura social arcaica baseada em uma relação de dominação patrimonialista herdada do Brasil Colonial. Consolidam-se novos espaços de governança institucional empenhados na necessidade de reduzir as incertezas dos capitais mundializados, protegendo o Estado da ação indesejável da ‘explosão’ de demandas sociais e estreitando o espaço de operação da sociedade política. (FERREIRA, 2003).

Surge um receituário para orientar as políticas de gestão urbana a serem adotadas pelos governos locais com o objetivo de inserir a cidade no ambiente global: “as idéias fora do lugar”; uma convergência de interesses do poder público e dos empreendedores imobiliários no sentido de promover grandes operações de renovação urbana, a exemplo da denominada *city marketing*, de elitização urbana e de segregação sócio-espacial significativas. Procedem-se a uma construção ideológica de consensos que tomam força no imaginário social a modo de

estratégias discursivas disseminadas nas economias periféricas. (ARANTES; VAINER e MARICATO, 2000).

Práticas neoliberais seletivizam a ocupação do território e a utilização privilegiada dos bens públicos. A diferenciação das competências transferidas às municipalidades, relacionadas ao ordenamento territorial, denuncia a intenção de expulsar conflitos urbanos e sociais da esfera decisória do Estado. A seletividade institucional entendida como a preservação dos interesses de classe a partir de uma política pluralista de influências se identifica pelas decisões adotadas, e mais ainda, pelo conjunto de possibilidades excluídas. Os governos locais oferecem toda sorte de subsídios e incentivos fiscais no sentido de atrair novos empreendimentos, elevando consideravelmente o custo fiscal do desenvolvimento. O contexto fiscal influencia na geografia dos privilégios, resultando em um declínio da proteção ambiental, do bem-estar e das amenidades da vida urbana, e ainda, na construção de espaços de mercantilização da gestão pública. (COMPANS, 2005; OFFE, 1984; HARVEY, 2000).

A governança urbana e as diretrizes de intervenção na zona urbano-portuária do Recife

Recentemente, os modelos de governança urbana, no caso da cidade do Recife, estão orientados a partir de dois elementos centrais que se inter-relacionam: a base econômica e a engenharia política que caracterizam a forma de controle social do território. O poder econômico local se evidencia no papel que o capital imobiliário vem exercendo na apropriação do espaço urbano, influenciando decisivamente sobre a regulação da propriedade e sobre o uso e ocupação do solo. (LEAL, 2003)

O modelo de gestão da Prefeitura da Cidade do Recife no período 1993-1996 (administração Jarbas Vasconcelos) adotou um ideário de planejamento estratégico e de visão empresarial da cidade associado a uma estratégia de descentralização política através da presença de canais institucionais de participação: o Plano Diretor da Cidade e o Programa Estruturador. Na visão da autora: “pensar a cidade no contexto de suas dificuldades emergenciais e projetar uma dinâmica de desenvolvimento que modificasse as condições atuais”. (LEAL 2003). O Programa Estruturador apontava como principais problemas: a desarticulação entre o setor público e a iniciativa privada e a degradação do patrimônio ambiental e humano como indutores da baixa qualidade de vida da população e do desperdício de oportunidades para potencializar o desenvolvimento da Cidade.

Para viabilizar a solução desses problemas foram propostas parcerias público-privadas e a participação da sociedade no planejamento e implantação das ações. Previa-se estabelecer uma relação entre os agentes sociais, as práticas de participação e as ações do poder público, sendo contempladas as organizações populares, as organizações não governamentais, o empresariado e as universidades. A conciliação dos diversos interesses presentes nesse universo contraditório de agentes sociais era uma tarefa desafiadora onde os setores populares passaram a ter uma influência restrita na agenda municipal.

Em nível do discurso, o novo ideário de gestão se pautava no compromisso e na parceria da divisão de responsabilidades dos agentes sociais com o governo municipal e na adoção de métodos gerenciais mais modernos, no entanto, as disparidades entre os princípios de equidade social e competitividade econômica traduziam as divergências de interesses entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade na construção de um projeto para a cidade. Um controle mais efetivo por parte do coletivo dos atores sociais sobre o processo decisório não encontrou a correspondente articulação entre estes e seus respectivos espaços institucionais. (LEAL, 2003)

As propostas de intervenção no ambiente construído da zona portuária, contidas no Plano Diretor da Cidade (FIDEM, 1998) estão baseadas nos conceitos de herança cultural, reutilização do patrimônio, acesso à informação e garantia de mobilidade. Busca-se resgatar a força dos processos históricos sobre a configuração do espaço regional mediante a transformação de práticas urbanizadoras e pela utilização de duas forças dialéticas indutoras da urbanização enquanto processo histórico-cultural: a continuidade e a mudança.

O documento sugere, como diretriz fundamental, a requalificação de espaços públicos pela agregação de valor ao lugar existente. A conexão via redes potencializaria a mobilidade das informações no território de forma flexível e expansível, comportando-se como estruturas de distribuição uniforme de serviços, elementos fundamentais de equidade social, econômica e espacial de uma coletividade. A idéia de mobilidade substituiria a idéia de acessibilidade determinada pelo fluxo material de transportes e a rede virtual de comunicações. O futuro da organização do espaço metropolitano contemplaria três processos fundamentais:

- 1) O desenvolvimento baseado na realização das potencialidades de cada um dos territórios de oportunidades;

- 2) A busca do equilíbrio do processo de desenvolvimento; a gestão metropolitana deveria procurar atenuar as diferenças sócio-econômicas entre os territórios de oportunidades;
- 3) A manutenção de formas de urbanização que respeitassem a realidade local, evitando a homogeneização dos territórios de oportunidades.

Os territórios de oportunidades seriam concentradores de potencialidades e espacialmente estratégicos para a implantação de novos empreendimentos em decorrência de suas possibilidades enquanto irradiadores do desenvolvimento. Constituiriam espaços de interesse metropolitano e importantes instrumentos que norteariam o poder público no processo de indução espacial de novos investimentos, mediante a articulação e a negociação entre os agentes da esfera pública e privada. No setor terciário moderno, precisamente nos pólos médico, de turismo e de informática estavam os principais focos de investimentos do Estado, baseados em uma estratégia de desenvolvimento de *clusters*. Assim, no âmbito da tecnologia, o projeto de criação de um pólo tecnológico aparecia como o grande foco dessa nova fase de estruturação da economia estadual na medida do seu alinhamento com as mais modernas tendências estratégicas mundiais.

O documento *Metrópole Estratégica* (FIDEM, 2002) ressalta que a inovação tecnológica é reconhecida como elemento fundamental para a competitividade da economia regional nordestina. Políticas públicas e estratégias empresariais se voltam para a sua promoção, tornando-se imprescindível uma articulação público-privada para a construção da sociedade do conhecimento. Para tanto, é preciso dar atenção à infra-estrutura, às sinergias e à qualificação do aparelho produtor e difusor das tecnologias relevantes ao desenvolvimento. Recentemente, o novo Projeto Recife – Olinda da continuidade ao ideário empreendedor e à visão da ‘cidade mercado’ e se propõe a fortalecer setores emergentes da economia local como a tecnologia de ponta do Porto Digital.

O Bairro do Recife reúne algumas condições interessantes para abrigar o Porto Digital: as empresas que utilizam as novas tecnologias, as universidades e os centros de pesquisa da economia digital de Pernambuco. O conjunto histórico presente na Ilha aporta o elemento cultural de que o empreendimento precisa para agregar valor à atividade produtiva de softwares. A idéia é fortalecer uma rede diversificada de negócios que contemple tecnologia, formação de mão-de-obra, pesquisa e desenvolvimento. Esse *cluster* de tecnologia de informação teria capacidade de atrair e reunir as empresas do setor organizadas em rede; essas

empresas passariam a desfrutar de uma eficiência coletiva e de uma maior competitividade em comparação com empresas que atuassem isoladamente.

Por outro lado, o território mais antigo do Recife, o Porto, reúne atrativos variados da cidade na busca da competitividade global: negócios, serviços, tecnologia, informação, cultura, educação, turismo, entretenimento e patrimônio histórico. A gestão das relações entre essas funções urbanas é fundamental quando se pensa em criar ambientes de alcance mundial; essas funções devem promover a eficácia das trocas que a zona portuária e o centro histórico de uma cidade contemporânea exigem. O Bairro do Recife oferece uma associação de história e cultura que pode interagir com o ambiente tecnológico oferecido pelo Porto Digital e a política urbana deve promover a ocupação dos prédios históricos como forma de preservá-los.

As centralidades urbanas dotadas de conjuntos históricos relevantes tem sido objeto de programas de requalificação onde o valor simbólico do lugar tem sido incorporado principalmente aos negócios do terciário moderno, objeto de intervenção nessas centralidades, contribuindo para a reprodução de práticas que, legitimadas pelo Estado, vem seletivizando a utilização dos espaços públicos.

O processo de planejamento das últimas décadas tem resultado em uma desvalorização da forma de ação pública de médio e longo prazo em troca de ações imediatistas a favor do urbanismo de quantidade, desprezando a sua capacidade de percepção qualitativa e seu sentido cultural. Em uma época de processos históricos de homogeneização econômica, nacional e internacional, a prática urbanizadora se modifica a partir da ação de novos agentes sociais que impulsionam áreas de domínio estratégico do território para o comando de outros agentes no âmbito internacional. É indiscutível o valor econômico das áreas urbanas centrais, de fato, além do elevado conteúdo cultural, essas áreas constituem um grandioso capital imobilizado sujeito a processos contínuos de valorização e desvalorização que representam desperdícios inaceitáveis para países em desenvolvimento que detêm notórias carências urbanas de áreas qualificadas. (LACERDA, 2004).

O reforço das especificidades locais de uma cidade para que a diferença possa tornar-se valor é condição essencial no sentido de reduzir os possíveis riscos de descaracterização presentes nos programas de revitalização das centralidades urbanas que abrigam conjuntos históricos e que orientados pela lógica econômica apoiada em referências internacionais participam da

construção de nichos de mercado que interferem no conteúdo histórico da centralidade urbana. Daí a importância de que as políticas urbanas fortaleçam a centralidade histórica, com todo seu simbolismo, sob risco de resgatar apenas a centralidade urbana. Segundo a autora, é o que de alguma forma vem ocorrendo com o Bairro do Recife. Estas questões evidenciam que o processo de revitalização do Bairro, particularmente nos últimos sete anos, vem acontecendo de forma desordenada no que se refere à conservação da autenticidade do patrimônio histórico.

Ainda, pode-se afirmar que a política adotada vem sendo orientada para atender às necessidades dos consumidores de mais alta renda, dos empresários e dos turistas, representando um desvirtuamento do processo de revitalização do Bairro, particularmente no que se refere a sua transformação em um centro de comércio, de lazer e cultura para a população local. Na verdade o que ocorreu mais recentemente foi desconhecer que a preservação dos valores patrimoniais depende de sua democratização, isto é, de sua apropriação social, de sua promoção como interesse geral, da construção de um projeto coletivo e do fortalecimento do sentido de cidadania. (LACERDA, 2004).

Na ausência de uma política urbana e de um modelo de gestão comprometidos com as diretrizes de ordenamento territorial, a Ilha abandona sua perspectiva de ponto de encontro para delinear um lugar de fluxos, de pessoas e veículos, comprometendo o seu patrimônio histórico. As intervenções recentes, ainda na visão da autora, traduzem uma apropriação de espaços para o mercado de consumo visual e o abandono do sentido de conhecimento socialmente construído que está inserido no conjunto histórico da centralidade urbana.

O Porto do Recife detém um estoque de áreas ociosas, na parte sul da Ilha, em condições privilegiadas de infra-estrutura e que poderiam ser destinadas ao uso comercial, lazer e serviços de parte do Porto Digital. Este empreendimento está inserido na área de intervenção do Projeto Recife-Olinda, então, a negociação dessas áreas se realizaria a partir desse Projeto, juridicamente representado por uma organização da sociedade civil de interesse público. Os bens perderiam sua condição de bens públicos, seriam regulamentados pelo direito privado e utilizados de acordo com os interesses dos gestores do Porto Digital. Em suma, o Município participaria com as isenções fiscais e o Estado com a cessão de áreas que teria recebido da União, grande proprietário das terras ociosas disponíveis. Em muitas das parcerias é difícil distinguir entre a colaboração efetiva e a privatização de competências públicas; somente a

coordenação de esforços e a gestão articulada dos parceiros poderiam contribuir ao sucesso das intervenções urbanas.

Tendências do Projeto de Desenvolvimento do Porto Digital

O Porto Digital corresponde a uma iniciativa do Governo do Estado de Pernambuco e representa a instalação do primeiro parque tecnológico em área de um sítio histórico e a concepção de uma cidade que reúne as oportunidades de uma economia digital, o melhor do ambiente natural e a vitalidade da vida urbana do Recife. Objetiva a estruturação e gestão sustentável de um ambiente de negócios capaz de criar e consolidar empreendimentos de classe mundial em TIC através da interação e cooperação entre universidades, empresas e organizações governamentais e não governamentais. (NGPD – Art. 4º do Estatuto Social). O Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD) é uma sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos e qualificada como organização social criada para fomentar e executar atividades em TIC no Estado de Pernambuco. (Decreto Estadual 23.212 de 20/04/2001).

Na visão de DI PIETRO (2002) o setor público não-estatal é um exemplo de deslocamento de fronteiras e se adapta aos principais postulados neoliberais, responde às necessidades de flexibilidade da gestão estatal e constitui um espaço híbrido, nem público nem privado, o que dificulta a identificação das responsabilidades institucionais e facilita a apropriação de recursos públicos. LEAL (2003) questiona a fiscalização das metas de uma organização social dado que a sociedade não detém as condições necessárias ao ‘empoderamento’ no sentido de organizar uma base material de acesso à informação de forma a desenvolver responsabilidades e capacidades locais para a formatação de interesses coletivos. A ausência de uma gestão urbana participativa debilita o ‘empoderamento’ e a falta de transparência constitui um entrave ao controle social dos serviços de interesse público.

Para dar suporte à implantação do Porto Digital, o Governo do Estado, através da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA) investiu em 2001 o montante de R\$ 33 milhões em infra-estrutura (no cabeamento subterrâneo de fibra ótica) e em serviços urbanos na plataforma de negócios; na recuperação de imóveis institucionais que iriam acolher as empresas e na implantação de incubadoras, e ainda, assegurou recursos para a transferência do Centro de Informática da UFPE e para a urbanização de uma área de baixa renda: a Comunidade do Pilar. Registros disponíveis no Plano de Desenvolvimento do Porto Digital

(2001) constatam que 75% dos recursos seriam assegurados pelo poder público estadual e 25% corresponderiam à iniciativa privada; portanto, pode-se deduzir que a dependência do setor público, enquanto provedor de recursos à atividade produtiva do SLI parece ser bastante significativa e precisaria ser repensada em termos da sustentabilidade do empreendimento em longo prazo. Não foi possível acompanhar a tendência recente dos investimentos no Porto Digital, precisamente o montante correspondente ao período de incubação/consolidação do Projeto: 2002-2006, dado que as informações não estavam disponíveis à consulta.

LISSONGER (2003) ressalta que o processo de adaptação do sítio histórico da Ilha às demandas dos negócios em TIC tem por horizonte temporal um período de 15 anos de investimentos destinados à requalificação gradual dos espaços coletivos do ambiente urbano e salienta que a participação da iniciativa privada junto ao poder público nas várias etapas do processo e em seus diversos níveis e a modo de parceiros do empreendimento é fundamental. Argumenta o autor que é preciso repensar uma estrutura física e pública que favoreça a oportunidade de novas relações comunitárias, redes de trabalho e crescimento cultural para uma expressiva parcela da população que ainda não foi contemplada pelo empreendimento. Isso representaria, segundo o autor, a potencialização de novas tecnologias sociais na tentativa de ampliação da cidadania e melhoria da qualidade de vida.

De fato, o Porto Digital vem contribuindo para o desenvolvimento de soluções tecnológicas que estão em plena harmonia com a preservação ambiental, no entanto, a presença de áreas degradadas localizadas na Comunidade do Pilar e o seu entorno, comprometem o padrão de qualidade mundial que se propõe a oferecer o empreendimento. Verifica-se que nesse período de cinco anos transcorridos desde a implantação do SLI, a requalificação dos imóveis institucionais tem sido priorizada, assim como a criação de um centro comercial, lugar de encontro da comunidade digital e a promoção de iniciativas culturais e de animação e lazer, em detrimento de qualquer iniciativa que represente uma melhoria das condições físicas de moradia da população local.

A Comunidade do Pilar tem conquistado alguns benefícios com a presença do empreendimento no Bairro: a utilização das novas tecnologias com perspectivas de geração de renda, no entanto, a valorização do indivíduo parece ser um projeto que transcende às metas propostas pelo Porto Digital e se situa em um contexto mais amplo de politização da sociedade e de entendimento de que a gestão pública deveria ser preservada aos interesses de

todos os que desejassem ampliar os horizontes de extensão da cidadania local. O SLI poderia explorar melhor esse espaço privilegiado, constituiria uma alternativa ambiciosa, fruto de políticas públicas não convencionais que pudessem canalizar recursos e difundir as experiências alcançadas no que se refere ao entendimento do que representaria para a sociedade uma mudança tecnológica e de como a tecnologia participaria no processo de mudança social. A função de política urbana pode não estar diretamente presente na atividade produtiva, no entanto, esta foi estabelecida nas diretrizes do empreendimento, cujo grau de significância reside no elevado interesse social atribuído à atividade de geração de conhecimento.

Talvez seja esse o principal desafio a ser enfrentado pelo Porto Digital: transformar um espaço de aprendizado tecnológico em um espaço de inteligência coletiva onde a sociedade pudesse se beneficiar da difusão solidária dos resultados das trocas de experiências e conhecimentos gerados no ambiente geográfico do empreendimento. Há uma preocupação muito especial de parte das autoridades responsáveis pela disseminação da nova cultura tecnológica e diz respeito ao componente 'charme' que está incorporado ao desenvolvimento do produto; esse atributo coloca em evidência a estreita relação que se verifica entre a estética, o prazer e o componente visual que se manifestam na construção do conhecimento.

A pesar de possuir uma posição que lhes confere visibilidade, as empresas do setor de tecnologia de informação do Estado ainda não apresentam nas suas relações comerciais uma inserção internacional mais expressiva. Em 2003, informações da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE) apontavam que 54% das vendas de software se dirigiam ao nordeste, 14% ao sudeste, 8% ao sul, 9% ao norte, 10% ao centro-oeste e apenas 5% ao exterior. O setor de TIC do Estado respondia ainda, por 3,5% do PIB de Pernambuco.

O Porto Digital está inserido em um contexto institucional e macroeconômico volátil, em um entorno de reduzida capacidade de geração endógena de progresso tecnológico, em uma economia que reproduz baixos níveis de renda per capita e em um sistema de governo descomprometido com as questões de inserção social que permanecem estagnadas no plano do discurso. Apesar da elevada qualificação profissional do seu sistema produtivo e da satisfatória capacidade organizacional do SLI que se mostra suficientemente dinâmico para tirar proveito das novas oportunidades, das sinergias e da proximidade geográfica, o

empreendimento ainda encontra limites e resistências internas para avançar na sua posição no cenário da globalização. Empreendedorismo e competitividade são atributos que ainda precisam ser fortalecidos na etapa de consolidação do empreendimento, como também, uma reversão do quadro de externalidades urbanas negativas que vem contribuindo no distanciamento de possíveis investidores multinacionais que mesmo na presença de tecnologias avançadas e de incentivos fiscais optaram por não ‘embarcar’ no ambiente do empreendimento.

A atividade empresarial se propõe a materializar o intangível na tecnologia de software, a fortalecer a qualificação do capital humano e a demonstrar ao mercado externo a tecnologia de qualidade desenvolvida pelo empreendimento e respaldada pela certificação do produto. È inegável o papel da sociedade SOFTEX na centralização do esforço corporativo para se projetar como empreendimento de classe mundial; os convênios assinados com o objetivo de ampliar esses esforços canalizados ao fortalecimento da competitividade e da qualificação gerencial dão sinais do elevado desempenho alcançado pelo ambiente empresarial. O modelo institucional adotado favorece a consolidação do empreendimento e as relações de trabalho apresentam o dinamismo e a flexibilidade exigidos pela sociedade informacional. A comunidade digital, no entanto, ainda não está plenamente consciente de que o Projeto esteja inserido em um contexto mais amplo de política urbana e desenvolvimento social e de que existam objetivos outros que não apenas aqueles estabelecidos no Plano de Negócios.

A comunidade acadêmica da UFPE parece estar descartada do ambiente geográfico do Porto Digital pelos seus idealizadores; o afastamento do projeto de trazer o Centro de Informática da UFPE para o empreendimento, principal fonte de pesquisas e qualificação de recursos humanos, viria a fragilizar as condições de exploração de novos nichos de mercado nos quais poderiam ser desenvolvidas novas competências em tecnologias de software. O distanciamento geográfico com o centro de qualificação de recursos humanos não parece ser um complicador, na visão do professor Silvio Meira (presidente do Conselho do NGPD), dado que os programas institucionais existentes colaboram no sentido do aprimoramento do *upgrade* tecnológico de que precisa o empreendimento para otimizar a competitividade desejada. O modelo institucional não oferece entraves que retardem a dinâmica gerencial, no entanto, o imperativo de imediatismo refletido nas políticas públicas e a falta de continuidade das decisões políticas que ocorrem frequentemente nos câmbios de governo, aliados à ausência de uma política nacional em C&T limitaram o aporte de investimentos em longo

prazo de que o empreendimento precisaria para alcançar satisfatoriamente as metas do Plano de Negócios.

Há ainda uma barreira a vencer quanto à escala de produção, levando em consideração as reduzidas condições de competitividade observadas no ambiente produtivo: a formação de recursos humanos qualificados que explorassem outras escalas do conhecimento onde pudessem ser utilizadas as TIC com diversas aplicações de interesse estratégico orientadas aos esforços do aprendizado tecnológico, precisaria ser incentivada. Uma possível escassez de recursos humanos e o afastamento do ambiente de sua reprodução poderiam comprometer alguns resultados no longo prazo. O principal desafio para uma política tecnológica bem sucedida são os aportes significativos e persistentes de investimentos em capital humano destinados à formação e qualificação de pesquisadores, assegurando a conexão com incentivos privados que assumem a liderança dos esforços inovativos capazes de gerar impacto econômico.

O Relatório de Atividades de 2005 aponta para alguns desafios a serem superados no sentido de manter o crescimento sustentável da Organização em curto prazo: o financiamento da atividade produtiva exige baixo capital imobilizado, porém, elevados investimentos em capital humano. Portanto, viabilizar recursos financeiros para a reabertura do Fundo de Capital Humano é crucial às exigências de qualificação do profissional direcionado à produção de softwares. O governo vem implementando um conjunto de iniciativas para o desenvolvimento da cadeia produtiva do setor, entre elas: assistência técnica a incubadoras, criação do Fundo de Aval das Empresas de *Software* e o Programa de Incentivos Municipais às Empresas em TIC localizadas no Porto Digital. E ainda, passou a desenvolver uma política de isenções fiscais para atrair empresas locais, nacionais e internacionais para o território do Porto Digital. Ficou estabelecido como meta que os negócios realizados pelo complexo tecnológico deveriam atingir 10% do PIB local em um prazo de 10 anos.

O valor simbólico inserido nas atividades desenvolvidas no sistema produtivo de tecnologia de software do Porto Digital é intangível e provém das categorias culturais presentes no Bairro, no entanto, adquire materialidade e se transforma em negócio, em valor econômico. Procede-se a uma conexão entre a singularidade do mercado e a autenticidade do lugar e se promove uma circulação de imagens destinadas ao consumo visual, inseparáveis da estrutura centralizada do poder econômico que está simbolizado na atividade de produção do

conhecimento. Essa proposta fica evidente na política de *marketing* adotada pelo empreendimento e utiliza alguns elementos de sedução do discurso que alimentam as estratégias que objetivam atenuar o precário contexto sócio-econômico em que se insere o empreendimento. Esses elementos presentes na nova linguagem mercadológica privilegiam a competitividade do ambiente empresarial e o destaque para os atributos culturais e ambientais de que desfruta o lugar.

Centros e periferias constituem espaços qualificados, degradados e requalificados onde se estabelece uma dinâmica que substitui a antiga formação urbana. As cidades deixaram de ter dimensões exclusivamente políticas, sociais e econômicas para tornarem-se resultado de práticas comunicacionais e hibridismos culturais que reinventam sua estrutura urbana tanto no ciberespaço como no espaço real. As novas tecnologias se materializam no velho imobiliário urbano assim como as velhas representações da vida urbana se cristalizam no novo ciberespaço. (CUNHA, 2005).

A economia promove a transformação do Bairro do Recife a partir do Porto Digital, estabelecendo um processo de apropriação cultural como estratégia para agregar valor econômico e realçar as diferenças com a antiga vocação econômica e cultural do lugar. Na visão do autor, a atribuição de funções diversificadas a um determinado lugar mediando o uso público e privado, valor econômico e cultural, mercado global e tradição local, podem atribuir perspectivas múltiplas ao lugar, dificultando a construção de uma identidade espacial e desgastando a diferenciação local.

O ambiente físico atualiza a fluidez dos encontros e fornece a eles um caráter de negócios. Os valores intangíveis das comunidades digitais são inicialmente percebidos de forma intuitiva; para muitas empresas instaladas no Porto Digital esse valor explica a adesão ao Projeto: a diversidade produz oportunidade, estímulo cultural, criatividade e interação. É nessa perspectiva que a comunicação é estratégica e onde todo o esforço é centrado na construção de uma homogeneidade discursiva. (CUNHA, 2005).

O Estado participa na condição de parceiro da concepção de uma idéia inovadora que ao transformar cultura em negócios elevaria os níveis de renda da economia. As condições apontadas são: visibilidade, escala de produção e 'charme'; nesse contexto, as novas tecnologias redefinem a sociedade e suas estruturas de poder. A informação estratégica

destinada à tomada de decisão deve ser administrada no seu conteúdo enquanto sistema e conjunto de tecnologias de que se utiliza para se disseminar. A geração de conhecimento associada ao valor simbólico incorporado à atividade produtiva é o diferencial de produzir esse ativo intangível na Ilha do Recife ou em qualquer outro lugar da cidade. O empreendimento se legitima pela força do Estado e parece se configurar um centro empresarial de negócios em TIC, um instrumento de mobilização dos agentes institucionais do SLI que preservam seus interesses associados àqueles da economia informacional na esfera global.

As oportunidades e ameaças foram apontadas pelos próprios agentes técnicos entrevistados no Porto Digital e constituem o resultado de uma experiência construída nesses cinco anos de implantação do empreendimento. As fraquezas se revelam: na reduzida taxa de inovação, fruto da quantidade e da qualidade do capital humano e das deficiências históricas apontadas no aprendizado tecnológico; na aversão ao risco e à incerteza de parte de uma cultura empresarial que privilegia a estabilidade e as garantias asseguradas pelo setor público; na reduzida qualificação empresarial e visão gerencial no que se refere à competitividade e ao empreendedorismo; nas deficiências no desenvolvimento de estratégias para tomar decisões em longo prazo; na cultura empresarial que não dissemina relações de cooperação apesar da proximidade geográfica e na nova governança institucional que evidencia traços de verticalização e está desprovida de um ‘lugar comum’ onde os agentes institucionais possam abandonar seus interesses pessoais e fortalecer os interesses do empreendimento.

Considerações Finais

A política de recuperação de áreas centrais degradadas que está sendo idealizada para a cidade do Recife se apóia na suposta necessidade de transformação da paisagem urbana em fator de valorização econômica; esse pressuposto contempla o gerenciamento técnico empresarial de seus espaços públicos, e ainda, o descompromisso com áreas urbanas miseráveis para as quais resta apenas o controle repressivo. O Estado vem tentando conduzir o ordenamento territorial da Ilha, na ausência de políticas urbanas de competência administrativa municipal que deveriam legitimar e orientar o uso do solo na centralidade urbana destinada ao Porto Digital. E prioridade recuperar a centralidade histórica como um lugar que resgate e fortaleça o vínculo de pertencimento do recifense ao seu lugar e não apenas dando a este um significado de base empresarial transformada em “fragmentos funcionais para a acumulação de capital”

como criticava Otilia Arantes, estruturando falsas localidades culturais especializadas cujo sentido parece ficar interdito à sociedade.

As oportunidades de que a cidade desfruta para fortalecer seu potencial na produção de conhecimento especializado estão de fato sendo concretizadas menos pelo 'charme' que está simbolizado nos aportes culturais ao negócio das novas tecnologias e mais pela densidade de massa crítica cristalizada na excelência do capital humano que participa da atividade produtiva. Era preciso, no entanto, entender que o Porto Digital poderia agregar valor ao conjunto da sociedade se, além das perspectivas de fortalecimento do terciário moderno, promovesse um espaço de discussão da importância da tecnologia nos processos de transformação social, e destes processos nos avanços tecnológicos, que pudessem oferecer alternativas concretas de ampliação dos espaços de solidariedade.

O empreendimento vem se legitimando pela presença do Estado no modelo institucional, por sua vez, Este detém fortes traços de reproduzir uma cultura empresarial que privilegia seus interesses de classe; é preciso lembrar, no entanto, o elevado interesse social que está contemplado nos objetivos do Projeto e a oportunidade de poder ampliar o espaço da cidadania pelo entendimento do que representa a geração de um pólo de conhecimento dentro das fronteiras do Estado, componente fundamental do fortalecimento da economia local.

O Porto Digital parece ser uma idéia em permanente construção e um processo em continua negociação. O empreendimento parece reunir uma série de contradições, entre elas, a de fortalecer uma imagem de marca dissociada de uma realidade de cidade que pretende 'dissimular' e onde o lugar parece estar descomprometido do conjunto de propostas que fazem parte do Projeto. Romper com essa divergência é preciso; entender que o empreendimento é algo mais que um centro empresarial e resgatar seu compromisso social inserido no seu estatuto de organização social. Nessa primeira etapa de incubação do Projeto, praticamente superada, e nos cinco anos de investimentos públicos e privados realizados, poucas alterações tem sido processadas na paisagem urbana e nas condições de vida da população da Ilha do Recife, que preserva a mesma situação de precariedade que ameaça seu cotidiano e onde a apropriação social das novas tecnologias parece não ter se concretizado.

Referências Bibliográficas

- ARANTES, O.; VAINER, C. e MARICATO, E. A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BAUDRILLARD, J. Para uma Crítica da Economia Política do Signo. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.
- CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H. e ARROIO, A. Conhecimento, Sistemas de Inovação e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/Contraponto, 2005.
- CHESNAIS, F. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- COMPANS, R. Empreendedorismo Urbano: entre o Discurso e a Prática. São Paulo: Ed. Unesp/Anpur, 2005.
- CUNHA, P. *Downloads e Uploads de Cidades: o Case do Porto Digital*. In LEMOS, A. Ciberurbe: a Cidade na Sociedade da Informação. Rio de Janeiro: *E-Papers* Serviços Editoriais, 2005.
- DI PIETRO, M.S.Z. Parcerias na Administração Pública. São Paulo: Atlas, 2002.
- ELLUL, J. Es Posible la Revolución? Madrid: Unión Editorial, 1974.
- FERREIRA, J.S.W. São Paulo: o Mito da Cidade-Global. Tese de doutorado apresentada à FAU/USP. São Paulo, 2003.
- HABERMAS, J. Ciencia y Técnica como Ideología. Madrid: Editorial Tecnos, 1999.
- HARVEY, D. El Nuevo Imperialismo. Madrid: Ediciones Akal, 2004.
- _____. Spaces of Hope. Bekerley - Los Angeles: University of Califórnia Press, 2000.
- LACERDA, N. Revitalização do Bairro do Recife: do Lugar de Encontro ao Espaço de Trânsito e Fluxos. Palestra conferida no I Fórum Nacional sobre Patrimônio Cultural. Belo Horizonte, 2004.
- LEAL, S.M.R. Fetiche da Participação Popular: Novas Práticas de Planejamento, Gestão e Governança Democrática no Recife – Brasil. Recife: Cepe, 2003.
- LÉVY, P. A inteligência coletiva. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- LISSONGER, A. O Recife Antigo: do Porto Holandês ao Porto Digital. In revista Turba, ano 2003, num.05. Salvador, In <http://www.geocities.com/revistaturba053.htm>, site acessado em maio de 2003.
- LOJKINE, J. A Revolução Informacional. São Paulo: Cortez, 2002.
- OFFE, C. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- SANCHEZ, J.E. Metropolização e Modernidade. In SANTOS, M. e SOUZA, M.A. Fim de Século e Globalização. São Paulo: Anpur/Hucitec, 1997.
- SANTOS, B. de S. A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. Pela Mão de Alice: o Social e o Político na Pós-Modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. Introdução a uma Ciência Pós-Moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SASSEN, S. Debemos Entender la Interacción entre la Lógica de la Tecnología y la de los Proyectos Sociales. Entrevista de Karma Peiró em 22/06/2004 in <http://enredando.com>, site acessado em julho de 2004.
- STORPER, M. Desenvolvimento Territorial na Economia Global do Aprendizado: o Desafio dos Países em Desenvolvimento. In RIBEIRO, L.C.de Q. e SANTOS J., O.A. Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o Futuro das Cidades Brasileiras na Crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- SWYNGEDOUW, E.; MOULAERT, F. & RODRIGUEZ, A. Neoliberal Urbanization in Europe: Large-Scale Urban Development Projects and the New Urban Policy. In Antipode, vol.34, num.03, (pgs. 542-577), 2000.
- VIOTTI, E. Technological Learning Systems, Competitiveness and Development. Artigo apresentado na Conferência Internacional sobre Sistemas de Inovação e Estratégias de Desenvolvimento para o Terceiro Milênio: Globelics. Rio de Janeiro, novembro de 2003.
- ZUKIN, SH. Paisagens Urbanas Pós-Modernas: Mapeando Cultura e Poder. In ARANTES, A. O Espaço da Diferença. Campinas - São Paulo: Papirus, 2000.